



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
GABINETE DO PREFEITO

Esgoto Sanitário	10%	Fmp = 0,10
Iluminação Pública	5%	Fmp = 0,05
Energia Elétrica	15%	Fmp = 0,15
Guias Sarjetas	10%	Fmp = 0,10
Pavimentação	30%	Fmp = 0,30
Telefone	5%	Fmp = 0,05

O Fator Melhoramentos Públicos será apurado pela somatória dos coeficientes indicados nesta, somando-se ao resultado, o coeficiente 1,00

Tabela VII

Fator Gleba - Fg

Faixa de Área de Terreno (m ²)	Fator
5.000,00 a 10.000,00	Fg = 0,80
10.001,00 a 50.000,00	Fg = 0,75
50.001,00 a 100.000,00	Fg = 0,70
10.001,00 a 200.000,00	Fg = 0,65
200.001,00 a 350.000,00	Fg = 0,60
350.001,00 a 500.000,00	Fg = 0,55
Acima de 500.000,00	Fg = 0,50

CNPJ: 06.716.880/0001-83



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
GABINETE DO PREFEITO

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 018/2017, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

"Estabelece alíquota para cálculo do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no município de Campo Maior (PI) e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR, Estado do Piauí.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, incidente sobre os imóveis, situados no Município de Campo Maior/PI, será calculado com base na Planta Genérica de Valores, estabelecida na Lei Ordinária Municipal 013/2017 de 04/09/2017; em razão do valor venal e do uso do imóvel,

Art. 2º - Serão aplicadas as alíquotas sobre os imóveis residenciais, não residenciais e os não edificados, definidas nesta Lei e demais aspectos previstos no Código Tributário do Município, que aqui não forem alterados.

§1º - Imóveis residenciais serão tributados à alíquota de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor venal apurado na Planta Genérica de Valores deste município;

§2º - Imóveis não residenciais serão tributados à alíquota de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor venal apurado na Planta Genérica de Valores deste município;

§1º - Imóveis não edificados serão tributados à alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor venal apurado na Planta Genérica de Valores deste município;

Art. 3º - O Imposto Predial e Territorial Urbano será exigível no dia 30 (trinta) de abril de cada ano, e será referente ao exercício do ano imediatamente anterior.

Art. 4º - O Poder Executivo poderá, por meio de Decreto do Prefeito Municipal, autorizar condições especiais para pagamento do IPTU no âmbito deste município:

I - Descontos de até 20% (vinte por cento) sobre o valor de lançamento do IPTU;

II - Parcelamento do valor do IPTU a pagar em até 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira parcela na data definida para vencimento da parcela única do referido tributo.

§1º - Os descontos e parcelamentos, previstos neste artigo serão autorizados por Zona de Valorização constantes na Tabela I do anexo único da Lei Ordinária Municipal 013/2017 de 04/09/2017;

§2º - Os benefícios citados neste artigo, quando concedidos, não serão cumulativos, podendo o contribuinte optar pelo desconto ou pelo parcelamento, a seu critério.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio das Carnaúbas, Sede do Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Maior- Piauí, aos 04 de Outubro de 2017. 194º Ano da Batalha do Jenipapo. 255º de Fundação do Município.

JOSE DE RIBAMAR CARVALHO
Prefeito Municipal de Campo Maior-PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
GABINETE DO PREFEITO

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 020/2017, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

"Cria o Conselho Municipal da Juventude - CMJ e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR, Estado do Piauí.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica criado no âmbito da Secretaria de Assistência Social e Geração de Emprego e Renda, o Conselho Municipal da Juventude - CMJ, órgão com competência deliberativa, consultiva e fiscalizadora das políticas públicas de Juventude.

Art. 2º - O Conselho tem por objetivos:

- I - estudar, analisar, elaborar, discutir, aprovar e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do Município em defesa dos direitos sociais e do protagonismo juvenil;
- II - colaborar com os órgãos da administração Municipal na implementação de políticas voltadas ao atendimento das necessidades da Juventude;
- III - desenvolver estudos e pesquisas relativas à Juventude, objetivando subsidiar o planejamento de ação pública desse segmento social;
- IV - estudar, analisar, elaborar, discutir, aprovar e propor a celebração de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica, Termos de Fomento, Termos de Parcerias e Contratos com outros organismos públicos e privados, visando à elaboração de programas, projetos e objetivos voltados para a Juventude;
- V - promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à Juventude e que contribuam para a conscientização e soluções relativas aos problemas enfrentados pelos jovens do município;
- VI - propor a criação de canais de participação popular junto aos órgãos municipais, voltados para o atendimento das questões relativas à Juventude;
- VII - desenvolver atividades não especificadas nos incisos anteriores, mas diretamente relacionadas às competências de que trata o artigo 1º desta Lei.
- VIII - organizar e normatizar a Conferência Bial da Juventude, que deverá ser realizada ordinariamente no mínimo 30 (trinta) dias antes da Conferência Estadual, convocada pelo Poder Público e/ou pelo Conselho Municipal de Juventude, com a representação dos vários segmentos sociais para avaliar a situação da juventude e propor diretrizes para a formulação da política ao setor no município de Campo Maior/PI.

Art. 3º - O Conselho Municipal da Juventude será composto por 12 (doze) Conselheiros titulares, e seus respectivos suplentes, obedecendo à seguinte representação:

- I - 04 (quatro) representantes do Poder Executivo, sendo:
 - a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento;
 - c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Geração de Emprego e Renda;
 - e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Comunitárias;
- II - 08 (oito) representantes da sociedade civil, sendo:
 - a) 02 (dois) representantes de Juventude religiosa;
 - b) 01 (um) representante dos estudantes secundaristas;
 - c) 01 (um) representante dos estudantes universitários;
 - d) 01 (um) representante de movimento cultural;
 - e) 01 (um) representante de movimento esportivo;
 - f) 01 (um) representante de entidade sindical;
 - g) 01 (um) representante de movimentos sociais.

§ 1º O Presidente, o Vice-Presidente, o Primeiro-Secretário e o Segundo-Secretário do Conselho Municipal da Juventude serão eleitos na primeira reunião, em votação aberta, por maioria simples de votos dos conselheiros.

§ 2º O exercício da função de membro do Conselho Municipal da Juventude será considerada de relevante atividade pública, vedada a remuneração.

§ 3º O Conselho Municipal da Juventude contará com o apoio Técnico e o acompanhamento da Coordenadoria de Juventude e Cidadania de Campo Maior-PI.

§ 4º A representação da Sociedade Civil se dará mediante procedimento eleitoral, cujos requisitos constarão no respectivo edital de eleição.

Art. 4º - São instâncias do Conselho Municipal da Juventude:

- I - Plenárias Populares da Juventude, realizadas periodicamente de acordo com o Regimento Interno deste Conselho.
- II - Plenária do Conselho composto nos termos do art. 3º da presente Lei;
- III - Mesa Diretora.

Art. 5º - Poderão ser criadas comissões técnicas permanentes ou temporárias, para elaboração e acompanhamentos de projetos ou atividades especiais.

Art. 6º - Os suportes técnico, administrativo e financeiro necessários, ao funcionamento do Conselho Municipal da Juventude serão prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Geração de Emprego e Renda e o caráter, a natureza e suas condições serão definidos no regulamento desta Lei.

Art. 7º - O Conselho Municipal da Juventude reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, podendo ser convocado, extraordinariamente, por solicitação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros ou pelo Presidente.

Parágrafo único. As reuniões do Conselho serão ampla e previamente divulgadas, com participação livre a todos os interessados, que terão direito a voz, mas não a voto, o que é privativo aos Conselheiros.

Art. 8º - As decisões serão tomadas por maioria simples de votos.

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
GABINETE DO PREFEITO

Art. 9º - O mandato dos membros do Conselho Municipal da Juventude será de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição.

Art. 10 - Os conselheiros da sociedade civil deverão ter idade entre 16 (dezesesseis) e 29 (vinte e nove) anos.

Parágrafo único. Poderão ser eleitos para integrar o Conselho, representando a sociedade civil, candidatos com idade até 27 (vinte e sete) anos.

Art. 11 - O Conselho Municipal da Juventude elaborará seu regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da posse.

§ 1º A Conferência Municipal da Juventude terá plena autonomia para praticar seus atos, especialmente aqueles voltados a realização do pleito.

§ 2º A Conferência Municipal da Juventude terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovado pela Plenária Popular da Juventude.

Art. 12 - Excepcionalmente, a constituição do primeiro Conselho Municipal de Juventude, se efetivará através de Portaria publicada pelo Poder Executivo.

§ 1º O mandato do primeiro Conselho Municipal de Juventude se dará até 30 (trinta) dias após a eleição dos membros da segunda gestão do CMJ.

§ 2º Para o primeiro mandato, as idades limites a que faz referência o art. 10 será de 35 (trinta e cinco) anos a prevista no caput e 33 (trinta e três) anos a de seu parágrafo único.

Art. 13 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio das Carnaúbas, Sede do Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Maior- Piauí, aos 04 de Outubro de 2017. 194º Ano da Batalha do Jenipapo. 255º de Fundação do Município.

JOSÉ DE RIBAMAR CARVALHO
Prefeito Municipal de Campo Maior-PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
CENTRAL DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE TERMO DE CANCELAMENTO

ESPÉCIE: Cancelamento do Contrato n. 06.1209/2017 (referente ao PP 018/2017) firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR - PI e a empresa DRC COMERCIO LTDA - EPP, para fins de aquisição de materiais e equipamentos para as Unidades Básicas de Saúde do município de Campo Maior - PI. OBJETO: A Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI resolve cancelar o Contrato n. 06.1209/2017, em virtude de orientação do Tribunal de Contas da União por motivos de investigação de inidoneidade.

Marcelo Luiz Miranda Pereira
Secretário Municipal de Saúde



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR

REQUERIMENTO DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Empresa, RIVALDO SEVERINO DA CRUZ, Torna público que requereu à SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, o pedido de RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO - (LO), para o serviço de comércio atacadista de artigos para uso na agropecuária e veterinários, localizada na Rua Senador José Euzébio, nº 1181, Município de Campo Maior - PI.

Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas e instruções de licenciamento da SEMMARH.

RIVALDO SEVERINO DA CRUZ
CNPJ: 21.060.599/0000-29



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E GERAÇÃO DE RENDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 0001.000.01156/2017-3. PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003.2002/2017. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 - SEED/PI. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 65 c/c art. 57 e seguintes, DA LEI Nº 8.666/93. **OBJETO:** FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E GERAÇÃO DE RENDA DE CAMPO MAIOR - PI. **CONTRATANTE:** Município de Campo Maior (CNPJ nº 06.716.880/0001-83), por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Geração de Renda. **CONTRATADA:** J. G. DE SOUSA GRÁFICA & EDITORA (CNPJ sob nº 11.717.623/0001-04). **Valor aditado:** R\$ 11.412,50 (onze mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos). **Valor atual do contrato (com o aditamento):** R\$ 57.062,50 (cinquenta e sete mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). **DATA DO ADITIVO:** 09.10.2017.

NILZANA VIEIRA GOMES
Secretária Municipal de Assistência Social
E Geração de Renda



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 0001.000.01491/2017-3. PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004.2002/2017. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 - SEED/PI. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 65 c/c art. 57 e seguintes, DA LEI Nº 8.666/93. **OBJETO:** FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO MAIOR - PI. **CONTRATANTE:** Município de Campo Maior (CNPJ nº 06.716.880/0001-83), por intermédio da Secretaria Municipal de Educação. **CONTRATADA:** J. G. DE SOUSA GRÁFICA & EDITORA (CNPJ sob nº 11.717.623/0001-04). **Valor aditado:** R\$ 25.487,50 (vinte e cinco mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). **Valor atual do contrato (com o aditamento):** R\$ 127.437,50 (cento e vinte e sete mil e quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). **DATA DO ADITIVO:** 09.10.2017.

MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO GOMES LIMA
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE - PI
AV. MANOEL LOURENÇO, 600 - BAIRRO NOVA CORRENTE
CEP.: 64980-000 FONE: (89)3573-1225
CORRENTE - PIAUÍ - BRASIL
CNPJ: 06.554.257/0001-71

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 004/2017.

Prefeitura Municipal de Corrente/SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SEMDER;

LOCADOR: EVANDRO DA SILVA SANTOS - CPF Nº 576.512.801-72 - RG Nº 1576517 SSP/PB;

OBJETO: Locação do imóvel localizado no Bairro Vermelho, nesta urbe, matriculado sob o nº RI-2.334, às folhas 284 do Livro nº 02-I no Registro Geral de Imóveis desta Comarca, em 23 de outubro de 1990, para funcionamento do Matadouro Público Municipal (provisório);

VALOR: R\$ 833,33 (oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) mensais, e R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) relativo aos três meses;

VIGÊNCIA: 03.10.2017 a 31.12.2017;

RECURSOS FINANCEIROS: PRÓPRIO e OUTROS;

DATA DA ASSINATURA: 16 de Outubro de 2017;

SIGNATÁRIOS:

- **LOCATÁRIO:** BENJAMIM JOSÉ NOGUEIRA
- **LOCADOR:** EVANDRO DA SILVA SANTOS

[Assinatura]